

MIN. WILSON NAVES  
SOB NOVO CON

P  
R Jurd Cons  
v.6/n.128  
2002

VISTA JURÍDICA

EXEMPLAR DE ASSINANTE  
VENDA PROIBIDA

®

# consulex

ANO VI - Nº 128

15 DE MAIO DE 2002

WWW.CONSULEX.COM.BR



## PROCESSOS DE **EXECUÇÃO** E OS CONVÊNIOS COM O BANCO CENTRAL

E MAIS: J.J. CALMON DE PASSOS • RENÉ ARIEL DOTTI • VANTUIL ABDALA

**“Com o propósito de lograr pleno acesso à Justiça e de democratizá-la em todos os seus graus é que estamos defendendo se apressem os passos do processo.”**



MINISTRO NÍLSON NAVES

**“Os recursos orçamentários representam pouco: veja-se que cabe ao Judiciário da União um percentual em torno de 1%.”**

## STJ sob novo comando

*Novo Presidente do Superior Tribunal de Justiça adverte: “Se os integrantes do Congresso Nacional não se sensibilizarem diante da necessidade de adoção de mecanismos de contenção de recursos processuais, o STJ, por exemplo, terá, em breve, seus trabalhos inviabilizados.”*

**E**mpossado na presidência do Superior Tribunal de Justiça, o Ministro Nílson Vital Naves fala com exclusividade para CONSULEX sobre o Poder Judiciário, as suas propostas de trabalho e os desafios de administrar uma estrutura que se tornou lenta em face aos excessos dos recursos que hoje são possíveis.

Nascido em Lavras, Minas Gerais, Nílson Naves é Ministro do STJ desde 1988. Já atuou como advogado e promotor público no Estado de São Paulo. Foi procurador de Justiça e trabalhou no Supremo Tribunal Federal como secretário jurídico do Ministro Olavo Bilac, entre 1972 e 1974. Assessorou o Gabinete Civil da Presidência da República de 1981 a 1985, e foi Ministro do então Tribunal Federal de Recursos.

**Revista Jurídica CONSULEX** – Como presidente da mais alta Corte infraconstitucional, qual a sua visão do Poder Judiciário brasileiro?

**Ministro Nílson Naves** – Formalmente, somos um Poder, um dos Poderes da União; no plano

material, porém, nem tanto assim, mas, nesse aspecto, estamos a bom caminho, porque há, entre nós, ferrenha vontade de dar ao Judiciário o que existe de melhor, a fim de colocá-lo no seu devido posto. Estou convencido de que caminhamos a passos largos. É bom lembrar que o aperfeiçoamento da Justiça até seria internacionalmente benéfico ao Brasil, conforme relatórios divulgados em dias recentes. Com o propósito de lograr pleno acesso à Justiça e de democratizá-la em todos os seus graus é que estamos defendendo se apressem os passos do processo.

**CONSULEX** – Qual é a fórmula para isso?

**Nílson Naves** – Medidas como a instalação, no âmbito da Justiça Federal, dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e o incentivo à solução alternativa dos conflitos indicam o ponto a que se pretende chegar. A reforma do Judiciário irá nos ajudar em alguns aspectos.

**CONSULEX** – Há décadas são pro-

duzidas queixas quanto à morosidade da Justiça. Rui Barbosa já dizia que a Justiça era “tardinha”, ou seja, tardava e custava dinheiro...

**Nílson Naves** – A morosidade, de que tanto se queixam os jurisdicionados não é um mal apenas nosso; anda pelo mundo afora e é debitável – é bom que se diga – bem menos a nós, magistrados, e bem mais ao sistema judicial, imperfeito e carente. Como a queixa principal é contra a lentidão, também aí residem as nossas preocupações. Quem não quer uma justiça rápida? (Embora haja quem diga: se a justiça é rápida, não é segura, se é segura, não é rápida.) Todos sonhamos com uma perfeita e eficiente, pronta e acabada, ágil e rápida prestação jurisdicional.

**CONSULEX** – As verbas destinadas ao Judiciário estão à altura das necessidades?

**Nílson Naves** – O Judiciário, nos dias atuais, está sendo convocado de modo mais freqüente para entregar a prestação jurisdicional quando a pessoa se sente ofendida

nos seus direitos. Por sua vez, a sociedade exige uma decisão rápida e atualizada, para que se imponha uma sadia convivência entre os homens e se cumpra e se satisfaça o anseio geral pela realização da justiça. Mesmo assim, é ínfima a quantia gasta com o Judiciário. O que a ele é destinado representa pouco na lei orçamentária anual: no atinente aos Poderes da República, veja-se que cabe ao Judiciário da União apenas em torno de 1%.

Quanto mais a necessidade jurídica das pessoas for atendida, mais se estará aprimorando a democracia. Por certo não existirá democracia que valha a pena sem a existência de um Judiciário forte e independente, rápido e eficaz, atuante e prestante. Para tanto, busca-se dar seguimento às metas de racionalização dos procedimentos mediante o aumento da produtividade e a eliminação dos desperdícios, a fim de que os serviços judiciais tornem-se mais céleres e os usuários ainda mais satisfeitos.

Todavia, disse alguém que, sozinho, “um juiz não pode salvar a sociedade”; também já se disse que a questão não é a de saber se a Corte pode fazer tudo, “mas se pode fazer algo, e fazê-lo em sua esfera apropriada”. De fato, embora não tenhamos, no Superior, a pretensão de sozinhos salvar a sociedade, tudo o que nos competir, nessa tarefa, faremos, sabendo que o estaremos fazendo em nossa esfera apropriada. Não pecaremos por omissão!

**CONSULEX** – Diz-se, ainda, que a Justiça serve mais às elites. Nesse mesmo pensamento, o autor clássico latino Ovídio cunhou a expressão “A Justiça está fechada para os pobres”. Como o senhor vê essa questão?

**Nílson Naves** – A aproximação da Justiça é um dos desejos de todos os segmentos do Judiciário. Se nos unirmos em torno de tal idéia, todos, a Justiça comum e a Justiça especializada, o objetivo será logo alcançado. Lutarei para que o Supe-

rior Tribunal, em especial, seja reconhecido pelo cidadão como um excelente tribunal, modelo na garantia de uma justiça mais ágil e acessível.

**“Embora não tenhamos a pretensão de sozinhos salvar a sociedade, tudo o que nos competir, nessa tarefa, faremos. Não pecaremos por omissão!”**

**CONSULEX** – O Judiciário (inclusive o STJ) encontra-se abarrotado de processos que têm como uma das partes o Poder Público. O Estado parece ser o grande cliente da Justiça, acionado por milhões de brasileiros, vítimas da ilegalidade, ou, então, de recursos essencialmente protelatórios. O que Vossa Excelência propõe como solução? Algumas medidas dependem de mudanças na legislação e, inclusive, na própria Constituição Federal. Será que o Congresso Nacional ousaria examinar essas alterações em ano eleitoral? Ou, nos próximos dez anos...

**Nílson Naves** – Todos sabem que remetemos ao Congresso Nacional uma série de propostas, aproveitando a projetada reforma em andamento, com o intuito de melhorar aqui e ali o Judiciário.

No que tange à provisão de recursos materiais e pessoais, sabemos que o Estado tem a obrigação de fornecer os meios suficientes para o bom funcionamento do Poder Judiciário e para a efetivação da atividade jurisdicional.

Por outro lado, se porventura os integrantes do Congresso Nacional não se sensibilizarem diante da necessidade de adoção de mecanismos de contenção de recursos processuais, o Superior Tribunal, por exemplo, terá, em breve, seus trabalhos inviabilizados. Como reve-

lam nossos dados estatísticos, os Ministros e demais órgãos julgadores do Superior julgaram 198.176 processos em 2001, o que representa um acréscimo de 31% em comparação com o ano anterior.

**CONSULEX** – O processo, como posto na legislação vigente, não parece extremamente formal, cartorial, burocrático?

**Nílson Naves** – É necessária uma mudança de mentalidade, de cunho geral. Se o formalismo processual deve ser respeitado, seu contrapeso há de ser o princípio da economia processual, que há de servir de referência quando da interpretação da norma estabelecida pela lei. Harmonizando-se esses dois preceitos, haverá uma constante relação de proporcionalidade entre as iniciativas das partes e os poderes oficiosos atribuídos ao juiz, tudo com vistas à administração da justiça de modo ativo, rápido e profícuo.

**CONSULEX** – Voltando ao Poder Público...

**Nílson Naves** – O excesso de litigiosidade do Poder Executivo é um dos responsáveis pela morosidade do Judiciário. Além dos recursos, existe, ainda, o reexame necessário de sentença (embora com aplicabilidade reduzida pela nova reforma do CPC). Está na hora de banir esse reexame discriminatório. Creio também que se não justifica computar-se em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer. Isso sempre fez parte de meus votos. Antes mesmo da reforma, o Superior Tribunal já se pronunciava, tanto em relação à autarquia quanto à Fazenda Pública em sentido amplo, pelo não-cabimento do reexame necessário em embargos à execução (fundado em sentença ou em título extrajudicial). Nos dias de hoje, aparelhados já se encontram a União, o Estado e o Município, não se justificando o tratamento privilegiado conferido a esses entes públicos. ■